



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

MARIA DO ROSÁRIO LUCENA DE ARAÚJO

**EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO E CONSCIÊNCIA SOCIAL:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM UMA
ESCOLA ESTADUAL DE JOÃO PESSOA / PB**

**JOÃO PESSOA–PB
2018**

MARIA DO ROSÁRIO LUCENA DE ARAÚJO

**EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO E CONSCIÊNCIA SOCIAL:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM UMA
ESCOLA ESTADUAL DE JOÃO PESSOA / PB**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal
da Paraíba, Centro de Educação
como pré-requisito para obtenção
do Título de Licenciatura em
Pedagogia.

Prof.^a Ms. Nathália Fernandes do Egito Rocha – UFPB

Orientadora

**JOÃO PESSOA – PB
2018**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A663e Araujo, Maria do Rosário Lucena de.
Educação para o Trânsito e Consciência Social: Práticas
Pedagógicas na Educação de Jovens e Adultos em uma
Escola Estadual de João Pessoa / PB / Maria do Rosário
Lucena de Araujo. - João Pessoa, 2018.
51 f. : il.

Orientação: Nathália Fernandes do Egito Rocha Rocha.
Monografia (Graduação) - UFPB/Educação.

1. Práticas Pedagógicas EJA Educação para o Trânsito.
I. Rocha, Nathália Fernandes do Egito Rocha. II. Título.

UFPB/BC

MARIA DO ROSÁRIO LUCENA DE ARAÚJO

EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO E CONSCIÊNCIA SOCIAL:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM UMA
ESCOLA ESTADUAL DE JOÃO PESSOA / PB

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal da Paraíba, Centro de Educação, como requisito parcial para a obtenção do Título de Licenciatura em Pedagogia.

RESULTADO: Aprovado NOTA: 8,0

João Pessoa, 15, de junho, 2018.

BANCA EXAMINADORA

Nathália Fernandes E. Rocha
Prof.^a Ms. Nathália Fernandes do Egito Rocha
Orientadora

Universidade Federal da Paraíba

Vera Lúcia Araújo de Lucena
Prof.^a Dr.^a Vera Lúcia Araújo de Lucena
(Examinadora)

Universidade Federal da Paraíba

Marisete
Prof.^a Dr.^a Marisete Fernandes de Lima
(Examinadora)

Universidade Federal da Paraíba

João Pessoa-PB
2018

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu filho Wemblley e a todos os docentes e discentes da Educação de Jovens e Adultos no Brasil.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente e principalmente a Deus, meu Senhor e salvador, que todos os dias renovam minhas forças.

Agradeço ao meu filho Wemblley e meu esposo José Nilton que estiveram sempre com a atenção, carinho e paciência.

Agradeço à querida Professora Ms. Nathália Fernandes do Egito Rocha pela simpatia, presteza, pela ajuda fundamental no percurso de orientação para o andamento desta pesquisa.

Às queridas Professoras Dr.^a Marisete Fernandes de Lima e Dr.^a Vera Lúcia Araújo de Lucena por auxiliar no desenvolvimento da formação na graduação da Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

Enfim, sou grata a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização deste Trabalho de Conclusão de Curso.

EPÍGRAFE

“Ninguém é analfabeto por eleição, mas como consequência das condições objetivas em que se encontra” (PAULO FREIRE).

RESUMO

O presente trabalho discute o contexto da Educação no Trânsito nas práticas pedagógicas em Educação de Jovens e Adultos. Enquanto essa modalidade da Educação Básica atende a um perfil de educandos diversificados e heterogêneos no ciclo II, é pertinente aprofundar discussões relativas à temática sobre a Educação no Trânsito. Dessa forma, intencionamos neste trabalho investigar: quais as práticas pedagógicas desenvolvidas nas aulas da EJA a partir da temática da Educação para o trânsito? E tendo como objetivo geral, analisar as práticas pedagógicas desenvolvidas na EJA a partir da temática da Educação para o trânsito. A presente pesquisa revela-se fundamental na medida em que evidencia as práticas educacionais, principalmente quando se refere à Educação para o Trânsito como um tema fundamental para a construção de uma conscientização social. Nesse sentido, observa-se a necessidade das implantações de ações práticas e teóricas educativas para o trânsito, considerando-se que o comportamento humano é apontado como fator determinante dos acidentes de trânsito. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa encontra-se ancorada na utilização dos métodos qualitativo, analítico, descritivo, realização de regências, observação participante e revisão da literatura especializada. Assim, desenvolveram-se observações em sala de aula, diálogos com a educadora da sala de aula no *lócus* selecionado para este estudo – Uma Escola Estadual no município de João Pessoa/ PB.

Palavras-chave: Práticas Pedagógicas. Educação de Jovens e Adultos. Educação para o Trânsito.

ABSTRACT

The present work discusses the context of Traffic Education in pedagogical practices in Youth and Adult Education. While this modality of Basic Education meets a profile of diverse and heterogeneous students in cycle II, it is pertinent to deepen discussions on the issue of Traffic Education. Thus, we intend in this work to investigate: which pedagogical practices developed in the classes of EJA from the theme of Education for traffic? With the general objective of analyzing the pedagogical practices developed in the EJA from the theme of Education for traffic. The present research proves to be fundamental in that it evidences the educational practices, especially when it refers to Traffic Education as a fundamental theme for the construction of a social conscientization. In this sense, it is observed the need for practical and theoretical educational deployments for traffic, considering that human behavior is identified as a determinant of traffic accidents. From the methodological point of view, the research is anchored in the use of qualitative, analytical, descriptive methods, conducting of regencies, participant observation and review of the specialized literature. Thus, observations were developed in the classroom, dialogues with the classroom educator in the locus selected for this study - A State School in the Municipality of João Pessoa / PB.

Key-Words: Pedagogical Practices. Youth and Adult Education. Traffic Education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEAA – Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos

CTB – Código Brasileiro de Trânsito.

CONTRAN – Conselho Nacional de Trânsito.

DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito.

DPVAT – Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de vias Terrestres.

EJA – Educação de Jovens e Adultos

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

ONU – Organização Nações Unidas

PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos.

PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens.

PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência.

PSF – Programa Saúde da Família.

SUS – Sistema Único de Saúde.

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. CAPÍTULO I: DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	15
2. CAPÍTULO II: DA EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO E CONSCIÊNCIA SOCIAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	22
2.1. Da legislação sobre a temática da educação para o trânsito.....	22
2.2. Da Relação entre educação para o trânsito e conscientização social, a formação do sujeito.....	24
2.3 Da temática Educação para o Trânsito para os educandos da EJA.....	25
3. CAPÍTULO III: ANÁLISES E REFLEXÕES: A EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA/PB.....	27
3.1. O LÓCUS DA PESQUISA: A escola investigada.....	28
3.2. OS DADOS COLETADOS: prática e voz docente roteiro.....	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS.....	36
ANEXOS.....	39

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como propósito apresentar e discutir sobre os resultados de uma experiência de Estágio Supervisionado. Nosso interesse gira em torno das práticas pedagógicas desenvolvidas com os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) a partir da temática da Educação para o Trânsito. O lócus de nossa investigação é uma Escola Estadual do Município de João Pessoa/PB. Essa unidade escolar encontra-se no perímetro urbano de intenso movimento, onde o tráfego de pedestres, carros e ônibus são constantes, na qual está inserido um terminal de transportes coletivos do bairro. Nesse sentido, a temática em estudo é resultado da escolha de uma Escola próxima a um terminal de Transportes Coletivos Urbanos do bairro. Para ter acesso à Escola, a população e alunos do ensino fundamental, precisamente no ciclo II do Ensino Fundamental I, em idade regular e que retomaram os estudos na modalidade da EJA, com o funcionamento noturno, necessitam de um conhecimento aprofundado a cerca da temática da Educação para o Trânsito.

O interesse para a realização deste trabalho surgiu durante as atividades explanadas à disciplina de Estágio Supervisionado VII, na qual a professora da disciplina propôs alguns temas para o cumprimento de um sistemático estudo de campo que, partindo das observações e experiência vivenciada na escola, permitiram solicitar a análise dos contextos e das práticas educacionais relacionadas à Educação para o Trânsito. A temática torna-se importante para o desenvolvimento de práticas pedagógicas e consciência social, fornecendo assim, os elementos de aprendizados e questionamentos necessários aos subsídios teóricos e práticos para a elaboração das regências que foram executadas no campo da EJA.

No que concerne à relação de ensino e aprendizagem com os alunos, observa-se a oportunidade de interações que contemplam o desenvolvimento da cidadania na segurança urbana no trânsito. Nesse sentido, as atividades didático-pedagógicas, praticadas por meio das regências, despertaram nos educandos a importância de exercerem boas práticas no trânsito hodierno.

A temática abordada nesta pesquisa se faz relevante por algumas razões. A vivência e a relação com o trânsito é uma realidade cotidiana dos alunos e alunas da EJA, seja enquanto condutores sejam enquanto pedestres. Sendo assim, faz-se necessário observar de que forma as práticas pedagógicas podem contribuir para o nível de conscientização e responsabilidade social para a Educação para o trânsito em alunos da EJA.

Nosso interesse foi fomentar a agenda de pesquisa de modo a capacitar os alunos para que estes sejam multiplicadores de valores sociais em respeito à Educação para o Trânsito.

No contexto atual da sociedade, evidencia-se que a vida dos jovens e adultos fica a mercê da própria sorte nos movimentos de entrada e saída das escolas, sujeitos não só a acidentes, como o risco de morte (PINTO; CUNHA; 2013 p. 64). Daí sobressai-se mais um argumento para a importância de discussão dessa temática.

Nesses termos, ressalta-se que diversos estudos corroboram a necessidade das implantações de ações práticas e teóricas educativas para o trânsito, considerando que o comportamento humano, pela negligência, é apontado como fator determinante dos acidentes de trânsito. De fato, no ambiente de trânsito, os alunos são sujeitos que desenvolvem uma relação entre os condutores, seus veículos e os pedestres. Devido o grande fluxo de carros e pedestres, o trânsito exige uma preparação, atenção e educação de todos.

Na nossa região, no Brasil e no mundo, o ato de dirigir apresenta-se rodeado por várias questões que colocam em risco a vida humana. Por isso, a Organização Nações Unidas (ONU) resolveu proclamar o período de 2011 a 2020 como a Década de Ação pela Segurança no Trânsito. (PINTO; CUNHA, 2013, p. 64-65). Estamos, portanto tratando de um tema fundamental e em pleno curso de discussão.

Partido desta problemática torna-se necessário capturarmos novos questionamentos para o desenvolvimento de práticas pedagógicas e a construção de argumentos sobre uma Educação para o Trânsito mais seguro. Nesse sentido, fundamentando-se nessas articulações, as perguntas de partida levantaram as seguintes questões de pesquisa: quais as práticas pedagógicas desenvolvidas nas aulas da EJA a partir da temática da Educação para o trânsito? De que forma essas práticas podem contribuir para formação de uma conscientização e responsabilidade social na modalidade de ensino?

Dessa forma, objetivamos analisar as práticas pedagógicas desenvolvidas na EJA a partir da temática da Educação para o trânsito, buscando identificar a contribuição do assunto para a formação de uma consciência e responsabilidade social aos alunos e alunas da EJA. Para alcançar tal objetivo geral, faz-se necessário destacar os seguintes objetivos específicos: (i) analisar a compreensão dos discentes da EJA a respeito da temática sobre a educação para o trânsito; (ii) identificar práticas pedagógicas para o trânsito em EJA. (iii) investigar os projetos desenvolvidos pela escola sobre a temática.

Da pertinência e justificativa desta pesquisa para a Pedagogia é inegável na medida em que abordamos práticas pedagógicas a EJA, tema fundamental para nosso campo de pesquisa, bem como a aplicação da Educação para o Trânsito como um processo permanente que vem adquirindo, a seu turno, uma expressão cada vez mais significativa no respeito, na responsabilidade e consciência social.

Nessa configuração, acentua-se a necessidade de requerer conhecimento especializado e informações sistematizadas sobre um tema de dimensão relevante para as práticas pedagógicas diante das problemáticas que afetam à segurança de jovens e adultos, uma vez que, todos tem sua parcela cidadã para contribuir com um trânsito melhor. Dessa forma, as práticas pedagógicas podem contribuir para viabilizar mudanças nos valores e atitudes na sociedade, mais especificamente, na escola selecionada para este estudo. A escola, aqui, é entendida como tendo um importante papel na transformação social, como mobilizadora da *práxis*, como nos defende Paulo Freire (1979).

Para melhor abrangência, sistematização e compreensão do objeto de estudo, além da introdução, esse trabalho se organiza com três capítulos subdivididos em fundamentação teórica, procedimentos metodológicos, análise dos resultados e, por fim se encontram as considerações finais.

No primeiro capítulo trata-se das Práticas Pedagógicas na Educação de Jovens e Adultos. Desse modo, trata-se do entendimento de que o professor utiliza um conjunto de ações, com a finalidade de desenvolver o trabalho pedagógico, de maneira a possibilitar a produção de conhecimento e a partir daí, o processo relacional de ensino – aprendizagem. Essa relação é dada por meio da ação praticada pelo docente no cotidiano da sala de aula. Nessa perspectiva, abrem-se espaços de compreensão para que o docente reflita sobre sua prática em aula e busque apresentar novas metodologias voltadas às necessidades do corpo discente.

Para entender o alunado que estão em formação da EJA, devemos ter em mente que os alunos que pertencem a essa modalidade de ensino, trazem consigo algumas especificidades. Uma dessas especificidades é a condição de excluído do ensino regular, seja pelo fato de está fora da idade regular diurno e não ter tido oportunidade acesso ao sistema regular de ensino, por vários motivos, da qual levou a impossibilidade de continuar seus estudos. Dessa forma, a EJA é caracterizada como uma modalidade de ensino que dotada de fins educacionais específicos, ou seja, está destinada a atender um público de alunos jovens, adultos e idosos oriundos de um déficit educacional, ou seja, uma defasagem de escolaridade e/ou descompasso série/na idade regular.

No segundo capítulo abordou-se a Educação para o Trânsito e a consciência social na Educação de Jovens e Adultos, de modo a sensibilizar os educandos quanto à importância de agir com consciência e responsabilidade. Este capítulo, portanto, encontra-se subdividido em três partes, a saber: buscar-se-á apresentar a legislação para o trânsito, a relação entre educação para o trânsito e conscientização social enquanto formação do sujeito e a

importância da Educação para o Trânsito para os alunos da EJA. Nesse contexto, evidenciam-se as atividades de forma reflexiva e discursivas tiveram como objetivo compreender a importância para o Trânsito, como parte integrante do cotidiano das pessoas, no que concerne a relação a sua necessidade de locomoção, comunicação e, sobretudo, convívio social no espaço público.

No terceiro capítulo, é apresentada a metodologia de pesquisa, que possui natureza qualitativa, dividindo-se em pesquisa bibliográfica fundamentados em pressupostos teóricos, acrescidos na ampla revisão da literatura especializada e pesquisa de campo através de observações em sala de aula e entrevista realizada com uma docente do Ciclo II da Educação de Jovens e Adultos-EJA. Esse capítulo encontra-se subdividido em duas seções, a saber: o lócus da pesquisa e o tratamento aos dados coletados. Além disso, apresentaremos e refletiremos sobre os dados, realizando a análise dos resultados, neles estão destacadas as observações em sala de aula e entrevista realizada com a docente da Educação de Jovens e Adultos do Ciclo II. E por fim, encontram-se as considerações finais. Nele buscou-se questionar a importância do tema a fim de ampliar os conhecimentos intelectuais e valorizar essas práticas com conscientização e responsabilidade social adquiridos no ambiente escolar e fora dele para um trânsito mais seguro.

1. CAPÍTULO I – DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino que atende a um público específico dos educandos, na qual assume características sociais e culturais próprias, visando à formação do cidadão, o possibilitando interagir e agir no meio social pelo desenvolvimento de suas potencialidades intelectuais (VELOSO, 2014). Integradas hoje às políticas e diretrizes educacionais oficiais do governo brasileiro, as políticas para a EJA, estão inseridas no contexto das contradições e impasses em que está envolvida a educação brasileira (VELOSO, 2014). Essa é uma reflexão que nos remete ao contexto histórico na qual a educação brasileira se constituiu.

Conhecer a trajetória da História da EJA no Brasil, permite descobrir seu próprio crescimento, e a seu modo, vem institucionalizando na educação brasileira ao longo das últimas décadas. Historicamente, desde o processo de catequização dos índios no Brasil, a alfabetização e a comunicação da língua portuguesa serviram como um meio que buscou adaptar outra cultura – de origem portuguesa – à comunidade indígena local (PAIVA, 1983 *apud* ALMEIDA, 2017, p. 6).

Diante das diversas lutas ao longo da história, algumas reformas e movimentos educacionais que contribuíram historicamente e anos depois com a extensão da EJA. Esse fato se deu contando com o desenvolvimento de que se deu a partir das campanhas de alfabetização em meados do século XX no Brasil, e por meio das próprias políticas públicas que permitiram a expansão da modalidade de EJA garantida na LDB N° 9394/96.

Neste sentido, é fundamental que a importância da EJA seja concebida como meio de se questionar os valores, as crenças e atitudes na educação e, mais especificamente, na escola e na sala de aula. A escola, aqui, é entendida como tendo um importante papel na transformação social, como mobilizadora de práticas educacionais, como nos afirma Paulo Freire (1979). Nesses aspectos as diretrizes educacionais se encontram no capítulo II da Educação Básica, observemos:

Da Educação de Jovens e Adultos Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. § 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. § 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. § 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação

profissional, na forma do regulamento. (LDB, Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008, Seção V, Art. 37).

Percebe-se, portanto, que a EJA é uma das modalidades de ensino fundamental para o desenvolvimento dos jovens e adultos nos seus mais variados aspectos da cidadania. Nesse contexto, Romanzini (2011) argumenta que:

O Ensino de Jovens e Adultos no Brasil (EJA) está inserido na meta do Estado brasileiro de erradicar o analfabetismo juntamente com a de proporcionar à população cuja faixa etária não se adéqua mais ao ensino fundamental e Ensino Médio, a complementação de sua formação escolar. Embora as cartilhas do governo enfatizem a necessidade de promover entre os sujeitos do EJA o aprendizado para a formação escolar, também está enfatizada a formação de sujeitos sociais críticos e aptos a lidar com as exigências de um mundo em transformação. Mas o que se observa, na prática, são pessoas voltando aos bancos das salas de aula em busca de uma certificação básica, a fim de, em sua maioria, estarem mais aptos ao mundo do trabalho (ROMANZINI, 2011, p. 1).

Dessa forma, a EJA apresenta-se como modalidade educacional ampla e complexa, na qual não apenas será debatida em nível de decisões governamentais, mas, exige o engajamento de todas as pessoas que acreditam no potencial humanizado e transformador da educação, oportunizando, nesse sentido, a inserção crítica e participativa de seus usuários nos destinos da política e da sociedade. Geralmente, as pessoas que se formam nessa modalidade de educação são vítimas de diversas espécies de preconceitos. É importante lembrar que a maioria das pessoas que frequentam a Educação de Jovens e Adultos é comprometida com a aprendizagem, entendem a importância da educação, portanto estão lá por que desejam e precisam ter acesso ao mercado de trabalho. De acordo com Weffort (1997):

A visão da liberdade tem nesta pedagogia uma posição de relevo. É a matriz que atribui sentido a uma prática educativa que só pode alcançar efetividade e eficácia na medida da participação livre e crítica dos educandos. É um dos princípios essenciais para a estruturação do círculo de cultura, unidade de ensino que substitui a “escola”, autoritária por estrutura e tradição. Busca-se no círculo de cultura, peça fundamental no movimento de educação popular, reunir um coordenador a algumas dezenas de homens do povo no trabalho comum pela conquista da linguagem (WEFFORT, 1997, p. 4).

Segundo Weffort (1997), cabe ao educador ter a consciência de que o processo de alfabetização é constituído de diversos vocábulos que devem ser utilizados de forma coerente com o processo de aprendizado. Nos marcos desse entendimento, entende-se que a educação é um dos sustentáculos do processo de liberdades, que vem se desenvolvendo ao longo dos séculos, e cada vez mais, assume diversas interfaces de acordo com os distintos contextos e

práticas que são desenvolvidas. De acordo com Freire (1967), a educação é entendida como uma prática de liberdade (*apud* WEFFORT, 1997, p. 6). Nesse sentido, entende-se que:

(...) quando alguém diz que a educação é afirmação da liberdade e toma as palavras a sério — isto é, quando as toma por sua significação real — se obriga, neste mesmo momento, a reconhecer o fato da opressão, do mesmo modo que a luta pela libertação. (WEFFORT, 1997, p. 6).

Com base nesse aspecto, é pertinente ressaltar que a EJA vem resgatar um processo de aprendizado como uma prática libertadora, assim refere-se a uma modalidade educacional que proporciona a emancipação popular nos diversos âmbitos sociais, na medida em que, fornece aos educandos a oportunidade de se colocarem como cidadãos na sociedade. A propósito dessa realidade, vale ressaltar que:

O descaso do governo brasileiro com a educação de adultos é revelado pelo alto índice de analfabetismo no país, fato que impulsionou a Organização das Nações Unidas (ONU) a exigir medidas governamentais no sentido de combater este déficit. Esta realidade pressionou o governo brasileiro a tomar medidas de redução do analfabetismo no país. Surge, assim, a 1ª Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), propondo: alfabetização dos adultos analfabetos do país em três meses, oferecimento de um curso primário em duas etapas de sete meses, a capacitação profissional e o desenvolvimento comunitário. Inicia-se então no país a discussão desta problemática (VELOSO, 2014, p. 10-11).

O conjunto dessas diretrizes em que integra a capacitação profissional, desenvolvimento comunitário e acesso de todos à escolaridade são elementos essenciais para uma educação libertadora. De acordo com Romão (2007, p. 21), a concepção libertadora de educação revela o papel da educação na construção de uma nova consciência e, nesse aspecto, fundamenta-se numa teoria do conhecimento a fim de aplicar práticas concretas compatíveis com a construção do saber. Dessa forma, ainda para o autor, o educando deve ser entendido como sujeito do conhecimento, compreendendo a alfabetização não apenas como um processo lógico, intelectual, mas como um processo profundamente congruente com a realidade social (ROMÃO, 2007, p. 21).

Freire (1990, p. 111) argumenta que “a diferença entre o educador e o aluno é um fenômeno que envolve certa tensão permanente que afinal de contas é a mesma tensão que existe entre teoria e prática, entre autoridade e liberdade e, talvez, entre ontem e hoje”. Assim, contribuir para o processo de ensino e aprendizagem permite ao professor oportunizar as diferentes formas e recursos de modo a melhorar o ensino. Além disso, oferecer suportes

relevantes ao preparo das aulas, bem como refletir sobre os métodos empregados são aspectos relevantes para a efetividade do ensino na EJA.

A propósito da necessidade de efetividade, evidencia-se um descompasso entre objetivos previstos na legislação e as práticas pedagógicas efetivamente desenvolvidas na escola. Nessa lógica, faz-se pertinente considerar que:

A grande preocupação de Paulo Freire é a mesma de toda a pedagogia moderna: “uma educação para a decisão, para a responsabilidade social e política”. Nas linhas de sua filosofia existencial sua única exigência específica, e esta exigência definem claramente os termos do problema, é que “teria o homem brasileiro de ganhar esta responsabilidade social e política, existindo essa responsabilidade”. O saber democrático jamais se incorpora autoritariamente, pois só tem sentido como conquista comum do trabalho do educador e do educando. Não é possível, diz Paulo Freire, “dar aulas de democracia e, ao mesmo tempo, considerarmos como “absurda e imoral” a participação do povo no poder”. A democracia é, como o saber, uma conquista de todos. Toda a separação entre os que sabem e os que não sabem, do mesmo modo que a separação entre as elites e o povo, é apenas fruto de circunstâncias históricas que podem e devem ser transformadas. (WEFFORT, 1997, p. 12).

De efeito pragmático, podemos evidenciar que, com base nos dados coletados, os objetivos da EJA, metodologia das aulas, formas de organização dos conteúdos, usam de material didático próprio da EJA compatíveis com as características socioculturais e de aprendizagem dos alunos (VELOSO, 2014). Refere-se, portanto, há uma essencial compatibilidade entre os métodos empregados e o alcance do aprendizado dos discentes em sala de aula.

Tais práticas pedagógicas excluem a educação dialógica e desconsidera o pensamento freireano de que o conhecimento é construído nas relações sociais. No entanto, com efeito, em Paulo Freire (1967 *apud* WEFFORT, 1997) concorda que o diálogo coloca o professor ao lado do aluno, nasce dessa relação, portanto, uma tarefa de orientar e dirigir o processo educativo. Nessa lógica, como o aluno, o professor é também um aprendiz. Com base nesse argumento, Paulo Freire sustenta que:

Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. [...] Ensinar inexistente sem aprender e vice-versa e foi aprendendo socialmente que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar. Foram assim, socialmente aprendendo, que ao longo dos tempos mulheres e homens perceberam que era possível - depois, preciso - trabalhar maneiras, caminhos, métodos de ensinar. Aprender precedeu ensinar ou, em outras palavras, ensinar se diluía na experiência realmente fundante de aprender (FREIRE, 1999, p. 25-26).

Compreende-se, a partir do argumento acima exposto, que a prática pedagógica, assentada na relação dialógica, é mais significativa tanto para o educando quanto para o educador (VELOSO, 2014). De acordo com Vedum (2013, p.91), as práticas pedagógicas

consistem em algo que não pode ser definido, apenas concebido, mudando conforme os princípios em que estiver baseada numa ideia.

De acordo com Freire (1986), com a intenção de explorar a compreensão das práticas pedagógica adjetivada pelo termo *dialógica*, em que a construção do conhecimento é vista como um processo realizado por ambos os intérpretes: professor e aluno. Deve-se, portanto, ser planejado na direção de uma leitura crítica da realidade a fim de explicar os conteúdos. Diante dessa perspectiva, a prática pedagógica pode ser pensada como expressa Fernandes (1999, p. 159):

[...] prática intencional de ensino e aprendizagem não reduzida à questão didática ou às metodologias de estudar e de aprender, mas articulada à educação como prática social e ao conhecimento como produção histórica e social, datada e situada, numa relação dialética entre prática-teoria, conteúdo-forma e perspectivas interdisciplinares (FERNANDES, 1999, p. 159).

Nesse sentido, conforme destaca Fernandes (1999, p. 159 *apud* VEDUM, 2013), a aula deve ser pautada na transmissão de informações por meio de diferentes formas elucidativas, formando assim, uma teia de relações, em que conflitos, encontros e desencontros aconteçam de modo a gerar possibilidades de se construir a capacidade humana. Entende-se, ainda para o autor, que essa dinâmica auxiliou o estudo e a reflexão sobre as ações desse professor e, portanto, reforçou a prática na sala de aula em favor da inserção no campo do trabalho pedagógico.

Nessa linha de raciocínio, a relação pedagógica não deve assimétrica, ou seja, professor e aluno são atores que ensinam e aprendem simultaneamente, de tal modo que a prática docente implica na construção de habilidades, e diante da gestão da sala de aula permite a construção de uma pluralidade de saberes (VEDUM, 2013).

Diante das práticas pedagógicas em EJA ressaltam-se as experiências das regências e a socialização sobre os relatos em sala de aula. Socializamos nossas experiências com os colegas de sala da UFPB, em que observei na escola-campo as mais diferentes realidades, no qual todos explicitaram sobre suas vivências durante as intervenções. Dessa conjuntura, ressalta-se a importância da experiência para minha formação enquanto futura Pedagoga, além da trocar experiências, com os colegas, pois cada um pôde observar de forma diferente o interesse e as motivações de cada educando para o aprendizado no ambiente escolar.

Nessa perspectiva, Fávero (2001) propõe a construção de um conhecimento dialético, ou seja, que argumenta coerentemente entre a teoria e prática. Dessa forma, seja considerado como um núcleo articulador no processo de formação a partir do trabalho desenvolvido considerando esses dois eixos de forma integrada, indissociável e complementar. Portanto, o

estágio (enquanto prática) deve proporcionar discussões no ambiente acadêmico, porque possibilita aos demais educandos conhecer distintas realidades e vivenciadas a partir de um estudo específico.

No que tange as diretrizes educacionais, destacamos as Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos, as Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental e as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio. Esse arcabouço legal, construído nos anos de 1990, reconhecida pelo governo, revela a grande necessidade de compromisso em relação à educação para todos, momento em que se faz um balanço no que se refere à década em que houve um aumento do número de crianças, adolescentes, jovens e adultos matriculados. Vieram somar-se, a partir de 2003, decretos importantes que pautaram reformas educativas e ampliaram a implementação de programas e projetos voltados principalmente para a EJA. No decorrer das ações governamentais, cumpre considerar que:

No contexto do tema de que nos ocupamos agora, importa ressaltar, na primeira década do século XXI, a passagem da descrença e descaso com a educação de jovens e adultos para uma inédita oferta de programas governamentais que se propõem a associar o resgate da escolarização básica com a educação profissional. Dentre eles, destacamos o Projeto Escola de Fábrica, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) e o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Ao nos referirmos a esse amplo conjunto de ofertas, faz-se necessário sublinhar que a diversidade de programas hoje em curso não supera as desigualdades de nosso fragmentado quadro educacional, mas, ao contrário, as acentua. Assim, a ausência de oferta, característica do século anterior, é substituída por uma ampliação expressiva de oportunidades de acesso a cursos que, embora diferenciados, guardam como ponto comum, no mais das vezes, as características que irão convergir para o que Kuenzer (2005) denominou como “certificação vazia”. (CIAVATTA, RUMMERT, 2010, p. 463).

Nesse sentido, percebe-se que o fim do analfabetismo não é só responsabilidade do governo federal, mas trata-se de responsabilidades das três esferas de governo: estadual, municipal e federal. Indubitavelmente, seja quem for o responsável, que o direito à educação não pode ser negligenciado duas vezes aos adultos. Dessa lógica, o analfabetismo é uma ofensa ao direito de cidadania, tal como a negação ao direito humano à comida, à liberdade, o direito a não ser torturado.

A ampliação das possibilidades de acesso à certificação vazia constitui, na realidade, uma expressão do que Gramsci (2000) identificou como sendo a “marca social da escola”. Essa marca (Rummert, 2006, 2007) é dada pelo fato de que cada grupo social possui um tipo de escola próprio, “destinado a perpetuar nestes estratos uma determinada função tradicional, dirigente ou instrumental” (Gramsci, 2000, p. 49). A questão das assimetrias de poder, tal como se explicitam na educação, foi objeto de rica análise empreendida por Manacorda (1989), que demonstra como as múltiplas formas da distribuição desigual do conhecimento em favor dos dominantes marcam a história da educação” (CIAVATTA, RUMMERT, 2010, p. 463).

Nesses termos, as implicações políticas e pedagógicas na Educação de Jovens e Adultos deve esta integrada à formação profissional. Essa orientação permite ancorar-se numa análise orientada pelas concepções educacionais. Ressalta-se, nesse contexto, que esses estudantes da classe trabalhadora trazem as marcas do contexto social, ou seja, reflexos de estarem às margens das políticas públicas. Nasce, portanto, a necessidade de melhores ações públicas para resolver os dilemas educacionais.

2. CAPÍTULO II: DA EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO E CONSCIÊNCIA SOCIAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

No presente capítulo discutir-se-á a partir dos contextos da Educação para o Trânsito e Consciência Social na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Atualmente existem muitos veículos nas ruas e as pessoas saem mais de casa, isso acarreta um fluxo maior de pedestres e transportes nas ruas e avenidas de nossa cidade. Além disso, esta unidade escolar, na qual se encontra um terminal de transportes coletivos urbano, onde o tráfego de pedestres, movimentos de veículos são constantes, na qual não obedece a sinalização existente nas vias que garante mais segurança aos pedestres e transeuntes ao atravessar nas ruas.

No contexto do processo de conscientização social a partir da temática da Educação para o Trânsito, passaremos a entender, em seguida, a legislação sobre essa temática e a importância para os educandos da EJA.

2.1. Da legislação da temática da educação para o trânsito.

Para considerarmos os dispositivos legais sobre a legislação para o trânsito, faz-se necessário resgatar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei nº 9.394), de 20 de maio de 1996, na qual reza em seu art. 2º que “a educação tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania [...] e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996, p. 1 *apud* PINHEIRO et. al., 2006). Nesses termos, cumpre considerar que o art. 27º, inciso I, consagra como diretrizes a serem observadas pela educação básica “a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática” (*idem*, p. 11). Dessa forma, evidencia-se a importância da LDB para o desenvolvimento educativo da educação básica brasileira.

Dentro de uma conjuntura de desenvolvimento da educação básica, a temática da educação para o trânsito deve contemplar aspectos transformadores da vida social. Nesse sentido, a Coordenadoria de Programas Educativos para o Trânsito do DETRAN (Departamento Estadual de Trânsito) atua como agente transformador no trânsito, contribuindo para a disseminação de informações que permitam a mudança na conduta de pedestres, passageiros, ciclistas, motociclistas, demais condutores enfim, todos os usuários das vias. Suas ações educativas junto às instituições de ensino e na comunidade em geral, faz

com que o tema trânsito seja desenvolvido, analisado e refletido, para uma nova consciência urbana.

A Missão de instigar a mudança cultural e comportamental no trânsito, estimulando a cooperação entre todos os usuários da via, o respeito às leis e a humanização no trânsito, educando para a cidadania e garantindo a segurança no exercício pleno do direito de ir e vir. Nesses termos, observemos as competências presentes no Código de Trânsito Brasileiro (CTB, 1997):

CAPÍTULO VI - CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO A EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO

Art. 74. A educação para o trânsito é direito de todos e constitui dever prioritário para os componentes do Sistema Nacional de Trânsito.
§ 1º É obrigatória a existência de coordenação educacional em cada órgão ou entidade componente do Sistema Nacional de Trânsito.
§ 2º Os órgãos ou entidades executivos de trânsito deverão promover, dentro de sua estrutura organizacional ou mediante convênio, o funcionamento de Escolas Públicas de Trânsito, nos moldes e padrões estabelecidos pelo CONTRAN.

Art. 75. O CONTRAN estabelecerá, anualmente, os temas e os cronogramas das campanhas de âmbito nacional que deverão ser promovidas por todos os órgãos ou entidades do Sistema Nacional de Trânsito, em especial nos períodos referentes às férias escolares, feriados prolongados e à Semana Nacional de Trânsito.
§ 1º Os órgãos ou entidades do Sistema Nacional de Trânsito deverão promover outras campanhas no âmbito de sua circunscrição e de acordo com as peculiaridades locais.
§ 2º As campanhas de que trata este artigo são de caráter permanente, e os serviços de rádio e difusão sonora de sons e imagens explorados pelo poder público são obrigados a difundir-las gratuitamente, com a frequência recomendada pelos órgãos competentes do Sistema Nacional de Trânsito.

Art. 76. A educação para o trânsito será promovida na pré-escola e nas escolas de 1º, 2º e 3º graus, por meio de planejamento e ações coordenadas entre os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito e de Educação, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nas respectivas áreas de atuação.
Parágrafo único. Para a finalidade prevista neste artigo, o Ministério da Educação e do Desporto, mediante proposta do CONTRAN e do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, diretamente ou mediante convênio, promoverá:
I - a adoção, em todos os níveis de ensino, de um currículo interdisciplinar com conteúdo programático sobre segurança de trânsito;
II - a adoção de conteúdos relativos à educação para o trânsito nas escolas de formação para o magistério e o treinamento de professores e multiplicadores;
III - a criação de corpos técnicos interprofissionais para levantamento e análise de dados estatísticos relativos ao trânsito; IV - a elaboração de planos de redução de acidentes de trânsito junto aos núcleos interdisciplinares universitários de trânsito, com vistas à integração universidades-sociedade na área de trânsito.

Art. 77. No âmbito da educação para o trânsito caberá ao Ministério da Saúde, mediante proposta do CONTRAN, estabelecer campanha nacional esclarecendo condutas a serem seguidas nos primeiros socorros em caso de acidente de trânsito.
Parágrafo único. As campanhas terão caráter permanente por intermédio do Sistema Único de Saúde - SUS, sendo intensificadas nos períodos e na forma estabelecidos no art. 76.

Art. 78. Os Ministérios da Saúde, da Educação e do Desporto, do Trabalho, dos Transportes e da Justiça, por intermédio do CONTRAN, desenvolverão e implementarão programas destinados à prevenção de acidentes. Parágrafo único. O percentual de dez por cento do total dos valores arrecadados destinados à Previdência Social, do Prêmio do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT, de que trata a Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974, serão repassados mensalmente ao Coordenador do Sistema Nacional de Trânsito para aplicação exclusiva em programas de que trata este artigo.

Art. 79. Os órgãos e entidades executivos de trânsito poderão firmar convênio com os órgãos de educação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, objetivando o cumprimento das obrigações estabelecidas neste capítulo. (*apud* PORTAL SÃO FRANCISCO, 2002).

Diante dos artigos acima expostos, e em relevância aos trabalhos realizados pela Coordenadoria de Programas Educativos para o Trânsito, faz-se fundamental para os profissionais da Pedagogia estar atentos a essa temática. Para tanto, cumpre ressaltar a importância de entender a Relação entre educação para o trânsito e conscientização social enquanto formadora de sujeitos conscientes.

2.2. Da relação entre educação para o trânsito e conscientização social, a formação do sujeito.

A perspectiva que ilumina a decisão de discutir este tema como contribuição a este aprendizado na EJA, é de que, ao colocá-lo para apreciação coletiva, surge a oportunidade, de melhorar a educação para o trânsito e conscientização social. Adquire-se assim, através das práticas pedagógicas, a possibilidade que cada um dos alunos, perceba a possibilidade de criação de mecanismos de responsabilidades com a participação dos professores na elaboração de políticas públicas para a EJA. Dessa forma, o processo reflexivo sobre as práticas pedagógicas, gerando um processo, em que a educação, por meio das práticas pedagógicas para o trânsito faça a diferença, na medida em que podem caminhar juntas com a EJA. Nesse contexto, Rebouças *et. al.* (2011) argumentam que ao:

Trazer à tona reflexões sobre atitudes comportamentais para o trânsito, saber como se compreende o termo trânsito, qual é a sua finalidade e como surgiram às primeiras normas, é de relevância fundamental. Não poderíamos deixar de mencionar que esta forma de educação, traz implícitos valores éticos, morais, noções sobre cidadania, consciência ambiental dentre outras características, tornando-se assim muito importante para a sociedade, além de fazer parte de nosso dia-a-dia. (REBOUÇAS *et. al.*, 2011, p. 2).

De acordo com Rebouças *et. al.* (2011), a educação no contexto trânsito se encontra em várias partes do mundo, revelando o trinômio – educação, engenharia de tráfego e policiamento – comprovaram através de estatísticas que, quando trabalhados em harmonia,

conjunto e equilíbrio, são possíveis solucionar, diminuir e até acabar com problemas ligados ao trânsito, daí ressalta-se os trabalhos do pedagogo enquanto agente de transformação social.

Podemos dizer, portanto, que o conceito da educação para o trânsito é o desenvolvimento das faculdades intelectuais, morais e físicas do homem, formando a inteligência e o espírito do ser humano para viver, conviver e se relacionar no trânsito (PORTAL SÃO FRANCISCO, 2002).

Dada à importância da elaboração da Constituição Federal de 1988 (arts. 6º e 23, XII), os legisladores já demonstravam a preocupação e a importância da educação para o trânsito dentro do contexto social, dando atribuições à União, Estados, Municípios e o Distrito Federal (PORTAL SÃO FRANCISCO, 2002). O Código de Trânsito Brasileiro (CTB) dedica um capítulo ao tema (capítulo VI, arts. 74 a 79), revelando atribuição prioritária a todos os órgãos componentes do Sistema Nacional de Trânsito, fato esse ratificado no artigo 5º. O CTB ainda no seu artigo 320 determina que a receita arrecadada com a cobrança de multas de trânsito deverá ser aplicada, além de outras coisas, na educação para o trânsito. (PORTAL SÃO FRANCISCO, 2002).

A educação para o trânsito, além de ensinar regras, técnicas, métodos de prevenções de acidentes, deve ter a preocupação em tornar as pessoas cidadãos, pois vivemos em sociedade, e essa preocupação deve ser a curto, médio e longo prazo, haja vista que as complexidades dos fatores que geram esses problemas não admitem uma só linha de pensamento e trabalho, mas o desenvolvimento de uma visão e práticas mais holísticas.

Os acidentes de trânsito são atualmente foco de preocupação em todo o mundo, sendo objeto de estudo de profissionais das mais diversas áreas de atuação e do conhecimento. Os acidentes de trânsito não são uma fatalidade, ou seja, podem ser evitados se os cidadãos perceberem suas respectivas responsabilidades no contexto social. Dessa forma, reforçamos a necessidade dessa discussão no contexto da EJA, de modo a favorecer a formação de valores de cidadania, relacionados ao comportamento humano no trânsito.

2.3 Da temática Educação para o Trânsito para os educandos da EJA

De acordo com Paulo Freire (1967), a educação não é para acabar com as comodidades oferecidas pelos veículos e sim para adequar o uso dessas “facilidades” de forma racional e conscientizada pela sua importância na nossa vida atual, de que sua convivência com os veículos será de forma organizada e saudável, pois ele foi criado para servir ao homem e não para destruí-lo (*apud* PORTAL SÃO FRANCISCO, 2002).

Os fatores que contribuem para a ocorrência desses acidentes estão ligados ao comportamento humano, tanto de pedestres, como de condutores de veículos. As falhas mecânicas, ocasionadas, entre outros, pela deficiência na conservação de veículos; as condições ambientais climáticas; as condições físicas das vias; e as sinalizações inadequadas. Nesse sentido, diversas alternativas são apresentadas para a redução dos acidentes de trânsito, entre elas: a regulamentação do trânsito, as intervenções da engenharia de tráfego e transportes e as ações educativas. Dentre esses fatores, as ações educativas exercem uma importância essencial para se evitar a ocorrência desses acidentes.

A partir das ideias de BOGUE *et. al.*(2008), a educação para o trânsito na escola consiste em contribuir efetivamente na preservação, na redução dos acidentes e auxiliar na conscientização e conhecimento quanto à proteção da vida de forma fundamental. Além disso, observa-se o aprimoramento desse entendimento dos educadores, a importância e a relevância das práticas que se fazem necessário no bom relacionamento de todos os cidadãos que fazem parte do trânsito. (BOGUE *et. al.* 2008).

Dessa forma, ressalta-se que a necessidade de despertar uma nova consciência dos alunos da EJA na escola selecionada em relação ao trânsito, evidenciou aos educandos, uma responsabilidade holística ao entender que deve-se envolver a escola e os agentes educadores de trânsito para que juntos possam promover um comportamento prudente de todos. Nesses termos, a partir das aulas expositivas dentro da sala de aulas possibilitou a formação compreensível desse processo de ensino e aprendizagem na educação para o trânsito.

3. CAPÍTULO III: ANÁLISES E REFLEXÕES: A EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA-PB

Conforme afirmado anteriormente, o presente estudo ressalta como temática a "Educação para o Trânsito" e é resultado de uma pesquisa que investigou as estratégias didático-pedagógicas executadas em uma Escola da Rede Pública Estadual localizada na zona urbana de João Pessoa-PB. As praticas desenvolvidas viabilizam a temática da Educação para o Trânsito no contexto específico da EJA. Metodologicamente, este trabalho é caracterizado da seguinte maneira:

A) Trata-se de uma pesquisa qualitativa, onde responde a questões muito particulares. Esse tipo de pesquisa se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado (DESLANDES, 1994, p. 21). Nesse entendimento, as ciências sociais tem sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria, por se aprofundar no mundo dos significados das ações e relações humanas, visto que a pesquisa qualitativa permite graus de subjetividade (DESLANDES, 1994, p. 22).

De acordo com Triviños (1987), a importância do método na pesquisa qualitativa revela-se por meio de um conjunto de técnicas. Dessa forma, não é possível fazermos mudanças se não dominarmos os conceitos básicos das teorias que estariam alimentando o conteúdo das mensagens. Para Alves (2006, p. 3), a concepção da pesquisa qualitativa, rechaçando o princípio positivista de neutralidade científica, resulta a implicação do pesquisador enquanto pessoa na construção do conhecimento, resultante da identidade da natureza social dos pesquisadores e dos participantes da investigação que confere a característica ao trabalho de campo.

B) Além disso, este trabalho foi desenvolvido a partir de uma abordagem exploratória tendo em vista como finalidade estimular a entrevistada a pensar e falar livremente, por meio de diálogos abertos, pois constitui de investigações mais amplas, com o objetivo fundamental de ampliar e explicar opiniões para esse estudo (GIL, 2008, p. 27).

C) E finalmente, trata-se de uma pesquisa de campo por meio de um estudo de caso. Nesse sentido, Gil (2008 *apud* YIN, 2001, p. 32) sustenta que o estudo de caso é uma investigação marcada pela busca de fatos atuais, usados nas pesquisas tanto exploratórias quanto descritivas e explicativas, baseado nas experiências das práticas pesquisadas dentro do contexto da realidade.

No que se refere à atuação na prática, também utilizamos da observação participante, pois tiveram momentos em que buscávamos compreender melhor as atitudes e concepções dos alunos da EJA, nas abordagens com relação às situações observadas e as regências realizadas em sala de aula. Estes métodos nos permitiram alcançar um conhecimento mais detalhado e consistente acerca do tema proposto, possibilitando assim, a conquista dos resultados mais eficazes. De acordo com Gil (2008, p. 194), “a observação participante, ou observação ativa, consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada”. Nesses termos, Marconi e Lakartos sustentam que a observação participante “consiste na participação real do pesquisador com a comunidade ou grupo” (2003, p. 103).

3.1. O LÓCUS DA PESQUISA: A escola investigada.

O lócus da pesquisa é uma Escola Estadual de Ensino Fundamental localizada no Bairro Mangabeira IV. **Construída através do governo Estadual, Começou a funcionar em 1988, nos três turnos e atualmente conta com 562 estudantes matriculados. Sua localização está na Zona Sul.**

A escola selecionada oferece todo Ensino Fundamental I, diurno e a modalidade da EJA, com o funcionamento noturno. A escola é dotada de um espaço físico amplo muito bem aproveitado pelos seus alunos nos intervalos de recreio. É bem iluminada, ventilada e com instalação elétrica e hidráulica precisando de reparos. **A estrutura do ambiente de ensino da escola está organizada e funciona com as seguintes dependências destacam-se segundo dados do Censo/2016:**

- 10 salas de aula
- 01 diretoria
- 01 secretária
- 01 biblioteca;
- 01 sala de professores (Espaço Pedagógico)
- 43 funcionários
- Sala de secretaria
- Sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE)
- 02 baterias banheiros com banheiros para portadores de necessidades especiais.
- Cantina
- Almoxarifado
- Pátio coberto
- Área verde

A equipe profissional docente é constituída por professores com cursos de Licenciatura e a maioria com Cursos de Especialização e Mestrado em áreas diversificadas e, embora um pequeno grupo, estes profissionais consideram a aprendizagem como fator de desenvolvimento humano e valorizando a mediação social.

A equipe técnica-pedagógica é constituída por pedagogos, sendo 02 supervisoras e 02 orientadoras; além desses, há 01 assistente social e 01 psicólogo, todos habilitados em cursos de Graduação e Pós-graduação. A equipe tenta trabalhar de forma integrada em prol da melhoria do processo de ensino aprendizagem. A equipe gestora é constituída por uma diretora e uma vice-diretora com cursos de Graduação, Especialização e Mestrado, exercendo liderança sobre a equipe escolar, além de ter o papel de distribuir responsabilidades, junto ao conselho escolar, decide coletivamente a cerca de questões administrativas, buscando assim, possíveis soluções frente a surgimento de problemas.

A escola ainda dispõe dos seguintes funcionários para melhor desenvolver suas atividades: auxiliares de secretária responsáveis pelos trabalhos de apoio administrativos, em atividades que incluem expedir documentos, redigir ofícios, manter atualizada a documentação, trabalhos com computador, etc. A secretaria desenvolve o seu trabalhos de forma organizada atendendo a demanda da escola. Dentre outros profissionais e ambientes escolar, podemos destacar:

- ❖ Na biblioteca, professores readaptados com função de auxiliar de biblioteca que orientam os alunos na escolha de leitura, apoiam professores em trabalho, projeto de incentivo à leitura e reforço a alunos com dificuldades de leitura e escrita.
- ❖ As merendeiras são responsáveis pelo preparo e distribuição da merenda, além de orientar alunos sobre bons hábitos alimentares e de higiene. Elas são supervisionadas em seu trabalho pela supervisora de merenda.
- ❖ Os auxiliares de limpeza que mantém as dependências da escola limpa.
- ❖ Vigilantes/porteiros que recebem os alunos na entrada da escola durante o período diurno e noturno.
- ❖ Inspectores de alunos que ajudam na organização e estabelecimento da disciplina escolar. Todos, independentes da função exercida, constituem a grande equipe de educadores da escola. Tem o acolhimento do Programa Saúde da Família (PSF). E o

programa PROERD, crianças longe das drogas, com orientações feitas pela Polícia Militar.

Nesse contexto, os sujeitos dessa pesquisa foram os diálogos com a professora da EJA do ensino fundamental I, da série inicial do ciclo II e sua atuação com os educandos, estes no período noturno da Escola Estadual de Ensino Fundamental na modalidade da Educação Básica. Onde a entrevista foi realizada de maneira dialogada com a finalidade de alcançar as informações. A permitir uma análise do seu conhecimento a respeito da consciência social sobre a Educação para o Trânsito. Apresentando contribuições para a formação na educação, responsabilidade e consciência social para o Trânsito.

Os educandos, todos do ciclo II do Ensino Fundamental I, que retomaram os estudos na modalidade da EJA, com o funcionamento noturno. O critério da escolha se deu por esta escola encontrar-se localizada em uma via central do bairro com grande fluxo de veículos e transudes próxima a um terminal de Transportes Coletivos Urbanos, num bairro populoso. A direção da escola determinou que as observações e as regências fossem feitas na turma do ciclo II do Ensino Fundamental I por causa do contingente de alunos e com a respectiva professora da sala.

Além disso, os levantamentos de dados procuram aprofundar questões apresentadas neste estudo que foram obtidas por meio de observações e regências participantes na escola, predominantemente, em sala de aula. Dessa forma, passaremos, em seguida, a apresentar sobre as práticas pedagógicas adotadas na EJA, no que tange às discussões sobre a Educação para o Trânsito e seus reflexos para esses educandos. Além disso, como resultados das práticas pedagógicas na EJA, apontar-se para os principais interesses que nortearam a conduta dos educandos a partir da discussão sobre a Educação para o Trânsito para desenvolvê-lo de forma mais segura.

3.2. OS DADOS COLETADOS: prática e voz docente roteiro.

Conforme caracterizamos acima, os dados investigativos deste trabalho foram coletados através de uma entrevista dialogada e de observações participantes no campo de estudo. Inicialmente, descreveremos o perfil da docente entrevistada, a qual nomearemos de P1.

Tabela 1: Perfil do sujeito da pesquisa

Idade	54 anos
Formação	Graduação Pedagogia UNAVIDA, Letras á distância IFPB.
Experiência	Atua desde os 25 anos em sala de aula, atualmente professora da Educação de Jovens e Adultos à noite, e trabalha com Educação Infantil – Berçário.

Elaborada pela autora

Quanto ao roteiro de entrevista, as questões elaboradas foram: A) Qual a compreensão da professora sobre a Educação para o Trânsito? B) Quais são as atividades desenvolvidas pela escola e em suas aulas sobre a temática? C) Quais são os objetivos das práticas pedagógicas referentes ao tema?

A fim de melhor visualização das respostas coletadas, organizaremos os dados coletados em uma tabela que será apresentada a seguir.

Tabela 2: dados coletados

A) Da compreensão da professora sobre a Educação para o Trânsito.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Não havia anteriormente o interesse do público alvo, ou seja, os discentes, sobre a temática; muito desse problema foi devido à ausência de incentivos e práticas pedagógicas que contemplem o tema em sala de aula;
B) Das atividades desenvolvidas na escola e as aulas sobre a temática.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Não são desenvolvidas atividades dessa natureza na sala de aula durante as aulas normais. ➤ Diante da contemplação desse tema a partir da exposição das regências realizadas pela graduanda, a professora cogitou incorporar essa temática as discussões de sala de aula. ➤ Há uma dificuldade inicial que seriam os meios, ou seja, os recursos ilustrativos necessários para o desenvolvimento do tema.

<p>C) Dos objetivos das práticas pedagógicas referentes ao tema.</p>	<p>Foram destacados os seguintes objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Contribuir para o processo de ensino – aprendizagem, para que aconteça de maneira mais consciente e participativa dos alunos. ➤ Oportunizar aos educando diferentes formas possíveis das práticas pedagógicas para obter um trânsito mais seguro. ➤ Identificar os principais elementos da educação para o trânsito na EJA ➤ Ampliar os conhecimentos intelectuais e valorizar essas práticas com conscientização e responsabilidade social adquiridos no ambiente escolar e fora dela. ➤ Oferecer suporte relevante pra alertar e sensibilizar os educando quanto à importância de agir com consciência, respeito e responsabilidade no ato de transitar, uma vez que o trânsito não necessita somente de leis e normas, mas também de amor à vida, solidariedade, respeito ao próximo.
--	--

Elaborada pela autora

Ao analisar os dados coletados, podemos observar que diante da compreensão da professora a cerca da temática da Educação para o Transito, percebemos que havia a ausência de discussões e práticas pedagógicas realizadas em sala de aula que contemplasse a temática em questão. Nesses termos, cumpre considerar que muito dessas dificuldades reflete-se justamente no interesse dos discentes sobre o tema, pois como a temática não era discutida em sala, não haveria a possibilidade de motivação dos alunos para debater o tema.

Diante desse contexto, faz-se relevante considerar que na escola selecionada não havia discussões sobre a temática de modo a atender a temática da Educação para o Trânsito, de modo a despertar os interesses dos alunos. No entanto, a professora se entusiasmou com o tema desenvolvido, o considerando de fundamental importância, o que a fez cogitar a incorporação da temática no contexto das discussões em sala de aula de modo a contemplar as práticas pedagógicas a partir da Temática da educação para o Trânsito. Outro ponto elencado pela professora referiu-se a indisponibilidade de recursos pedagógicos necessários para contemplar o tema em sala de aula.

Nesse sentido, há a compreensão, por parte da professora, de que os objetivos das práticas pedagógicas, a partir do tema em discussão, são essenciais para o aprimoramento da relação ensino-aprendizagem com a participação inclusiva, oportunizando assim, a conscientização para um trânsito mais seguro. Construindo, nessa conjuntura, um conjunto de condições propícias ao desenvolvimento de uma consciência e responsabilidade comportamentais dos educandos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi realizada em uma Escola Estadual de Ensino Fundamental na EJA ciclo II, no Município de João Pessoa/ PB. Para este estudo foi aplicadas práticas pedagógicas na educação para o trânsito nas quais se desenvolveram observações na sala, ou seja, no *locus* selecionado. Estes métodos nos permitiram acompanhar um conhecimento mais detalhado e consistente acerca do tema proposto, possibilitando além da conquista do conhecimento, o domínio dos conteúdos, o que nos proporcionará estabelecer um melhor diálogo entre a teoria e o objeto.

O tema abordado para esta pesquisa foi importante para conseguir alcançar as práticas pedagógicas principalmente quando se refere à Educação para o Trânsito. Comumente nos deparamos com essa realidade no cenário educacional para o trânsito e o interesse em observar de que forma as práticas pedagógicas podem contribuir para o nível de conscientização e responsabilidade social para o trânsito um tema de grande relevância na EJA que se configurou na escola.

O tema escolhido “Educação para o Trânsito” revelou-se um conteúdo de fácil interação e construção da relação ensino-aprendizagem, na medida em que faz parte do cotidiano dos educandos da EJA. Além disso, é notório que existem muitos veículos nas ruas e as pessoas sai mais de casa, isso acarreta um fluxo maior de pedestres e transportes nas ruas e avenidas de nossa cidade.

Observou-se que alguns dos alunos da sala deixaram de estudar na idade regular diurna e retornaram para a EJA, com os objetivos diferentes, tais como: aprender a ler e escrever melhor, concluir o ensino médio para fazer um curso técnico, ensinar aos netos as atividades, porém o que se chama a atenção é a vontade que se expressa em concluir os estudos, para ter um emprego melhor, ou seja, eles associar que só alcances melhores condições, se houver uma formação.

Dentro desse contexto, como resultados das práticas pedagógicas na EJA, evidenciou-se que os principais interesses que nortearam a conduta dos educandos a partir da discussão sobre as práticas pedagógicas, bem como os reflexos da participação na Educação para o Trânsito na sua projeção de uma construção social que favoreça uma conscientização na Educação para o Trânsito de caráter mais seguro.

Nesse sentido, é possível perceber resultados importantes no processo de aprendizagem, devemos sempre nos comportar diante de nossos alunos, adotando uma postura de professores facilitadores e mediadores da aprendizagem significativa e também, um

colaborador através das trocas de experiências e do bom relacionamento e respeito entre educador e os seus educandos. Favorecendo, assim, o desenvolvimento saudável e contextualizado durante o processo contínuo de ensino-aprendizagem, onde aprendemos, e trocamos experiências.

Por outro lado, observaram-se alguns pontos críticos, ou seja, algumas dificuldades mencionadas pela professora em sala de aula ao elencar que o tema não era tratado com frequência, fazendo assim, com que os discentes não fossem impulsionados a se interessar pelo tema da Educação para o Trânsito, além disso, apesar da motivação gerada após as regências, sobressaíram-se as dificuldades de se manter a continuidade do tema por parte da professora, pois essa não detém de ilustrativos recursos pedagógicos essenciais para a continuidade das discussões em sala de aula.

De uma maneira geral, evidenciou-se que o processo de conhecimento aprendido desenvolvido - seja um meio pelo qual o discente se aproxima na prática do seu futuro campo de atuação, permitiu através de observações, fazer registros de regências que vão delineando minha percepção sobre a prática profissional em sala de aula. Assim, o desenvolvimento dessa pesquisa possibilitou ver aspectos positivos e negativos das práticas educativas na escola.

Indubitavelmente, o desenvolvimento desse trabalho me permitiu aplicar na prática os conhecimentos adquiridos em sala de aula. Comprovando-se como uma conjuntura de aprendizado fundamental para o aprimoramento e aprofundamento dos meus conhecimentos, elementos que me demonstraram atuar como profissional consciente, segura, qualificada e dotada do conhecimento e práticas necessários ao exercício da Pedagogia.

Conclui-se, portanto, que há uma necessidade de desenvolvimento de práticas pedagógicas que possibilitem o aprofundamento das discussões sobre a educação para o trânsito na EJA. Dessa forma, a atuação em sala de aula revelou-se um instrumento eficiente no aprendizado pedagógico, além de revelar que o processo educativo é um mecanismo capaz de tornar o indivíduo mais crítico, reflexivo e atuante como agente ativo e participante da realidade social.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, Alda J; GEWANDSNAJDER, Fernando. **O método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. Ed. São Paulo: Pioneira, 2006.

ARTIGO. 37. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96**. Brasília: Ministério da Educação e cultura 1996. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/844978.pdf>> Acesso em: 02 de Abril. 2018.

ARTIGO 74. In: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96**. Brasília: Ministério da Educação e cultura 1996. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/844978.pdf>> Acesso em: 02 de Abril. 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96**. Brasília: Ministério da Educação e cultura 1996. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/844978.pdf>> Acesso em: 02 de Abril. 2018

BOGUE, E.A.T.; Ferreira, M.A.S.; Silva, M.H.G. Trânsito – Educação, Participação e Consciência. *In: Curso de Mídia na Educação*. Campo Grande: Universidade Federal de Campo Grande, 2008.

CIAVATTA, M. Implicações curriculares frente ao contexto político e legal do ensino médio: questões atuais. *In: Seminário o currículo de educação básica em questão*. SEE-PR, Curitiba, 2008.

CTB. **Código Brasileiro de Trânsito**. Educação para o Trânsito. Disponível em: <http://www.educadores.detran.rs.gov.br/conteudo/1179/?Educa%C3%A7%C3%A3o_para_o_Tr%C3%A2nsito_no_CTB> Acesso em: 16 de Março, 2018.

DESLANDES, Suely Ferreira. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade/Suely Ferreira Deslandes, Otavio Cruz Neto, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). -Petrópolis, RJ: vozes, 1994.

FAVERO, Maria de Lourdes. Universidade e Estágio Curricular: Subsídios para discussão. *In: ALVES, Nilda (org.) Formação de professores: pensar e fazer*. São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, Cleoni. À procura da senha da vida-de-senha a aula dialógica? In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Aula: gênese, dimensões, princípios e práticas**. Campinas: Papirus, 2008. p.145-165

FREIRE, Paulo. **Educação Como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1967.1ª Ed.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Método e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, M. A; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica** / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

MANACORDA, M.A. **História da educação: da antiguidade aos nossos dias**. São Paulo: Cortez; Campinas: Autores Associados, 1989.

PAIVA, V. P. **Educação popular e educação de adultos: contribuição à história da educação brasileira**. São Paulo: Loyola, 1973.

PINTO; Cristiane da Silva. CUNHA; Marion Machado 2013, **Educação para o Trânsito: a violência no trânsito trabalhada no contexto escolar**.

PORTAL SÃO FRANCISCO. **Educação para o Trânsito**. Disponível em Disponível em <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/curiosidades/educacao-para-o-transito>> Acesso em: 10 de Março. 2018.

ROMANZINI, Beatriz. **EJA: Ensino de Jovens e Adultos e o mercado de trabalho**. Qual ensino? Qual trabalho?, 2011. Disponível em: <<http://www.uel.br/projetos/lenpes/pages/arquivos/aBeatriz%20Artigo.pdf>> Acesso em: 12 de Maio de 2018.

ROMÃO, J. E. **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta**. v. 5. São Paulo: Cortez, 2007.

RUMMERT, S. M. **Gramsci, trabalho e educação: jovens e adultos pouco escolarizados no Brasil atual**. Lisboa: Educa; Unidade de I&D em Ciências da Educação, 2007.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo Atlas, 1987.

VERDUM, Priscila. **Práticas Pedagógicas: o que é? O que envolve?** *In: Revista Educação por Escrito*. v.4, n.1, p.91, jul. Porto Alegre: PUCRS, 2013.

VELOSO, Zélia Vieira Cruz. **As práticas pedagógicas na Educação de Jovens e Adultos (EJA): interfaces com as políticas e diretrizes curriculares**. Zélia Vieira Cruz Veloso. Goiânia, 2014.

WEFFORT, Francisco C. **Educação e Política: Reflexões Sociológicas sobre uma pedagogia da Liberdade**. *In: FREIRE, Paulo. Educação Como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1967.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2 ed. Porto Alegre: Ed. Bookman, 2001.

ANEXOS

Imagem 01 - Regências na sala de aula



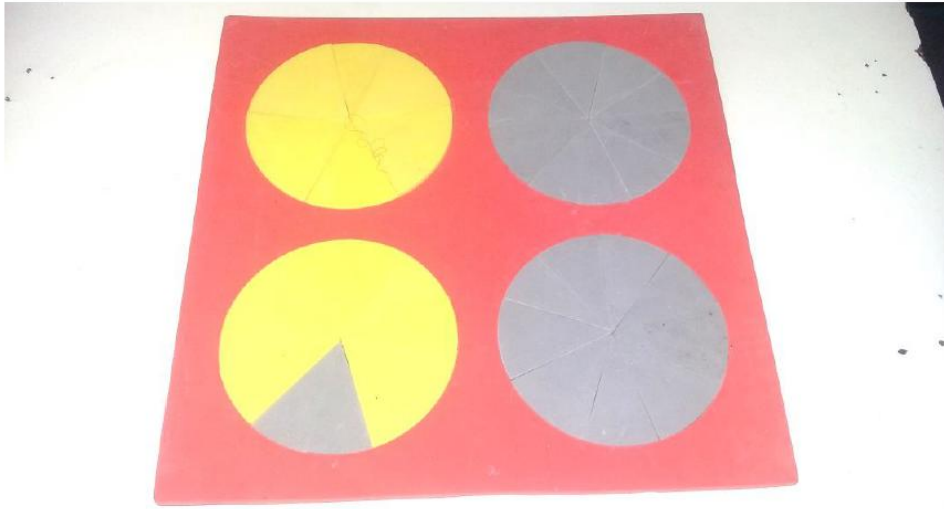
Fonte: arquivo próprio.

Imagem 02 – Acompanhamento dos discentes em sala de aula.



Fonte: arquivo próprio.

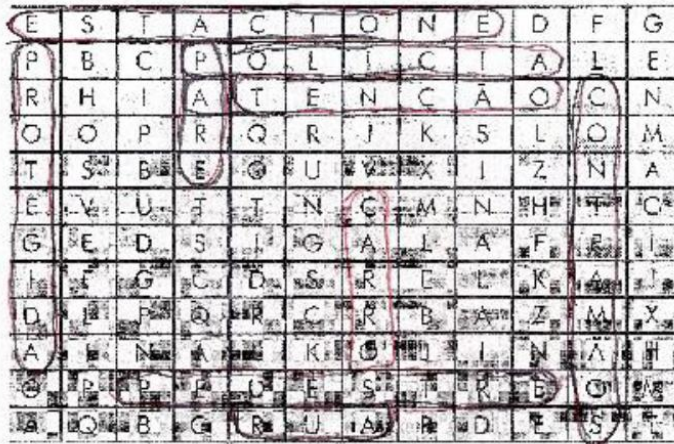
Imagem 03 – Atividades em sala de aula.



Fonte: arquivo próprio.

DBAI CAÇA - PALAVRAS: nome - Evilônia F. da Silva

ENCONTRE 10 PALAVRAS RELACIONADAS AO TRÂNSITO.



COPIE AS PALAVRAS QUE ENCONTROU E SEPRE EM SILABAS.

<u>Estacione</u> -	<u>Es-ta-ci-o-ne</u>
<u>polícia</u> -	<u>po-li-cia</u>
<u>protegida</u> -	<u>pro-te-gi-da</u>
<u>pedestre</u> -	<u>pe-des-tre</u>
<u>Rua</u> -	<u>Rua</u>
<u>carro</u> -	<u>ca-ro</u>
<u>contra mão</u> -	<u>con-tra-mão</u>

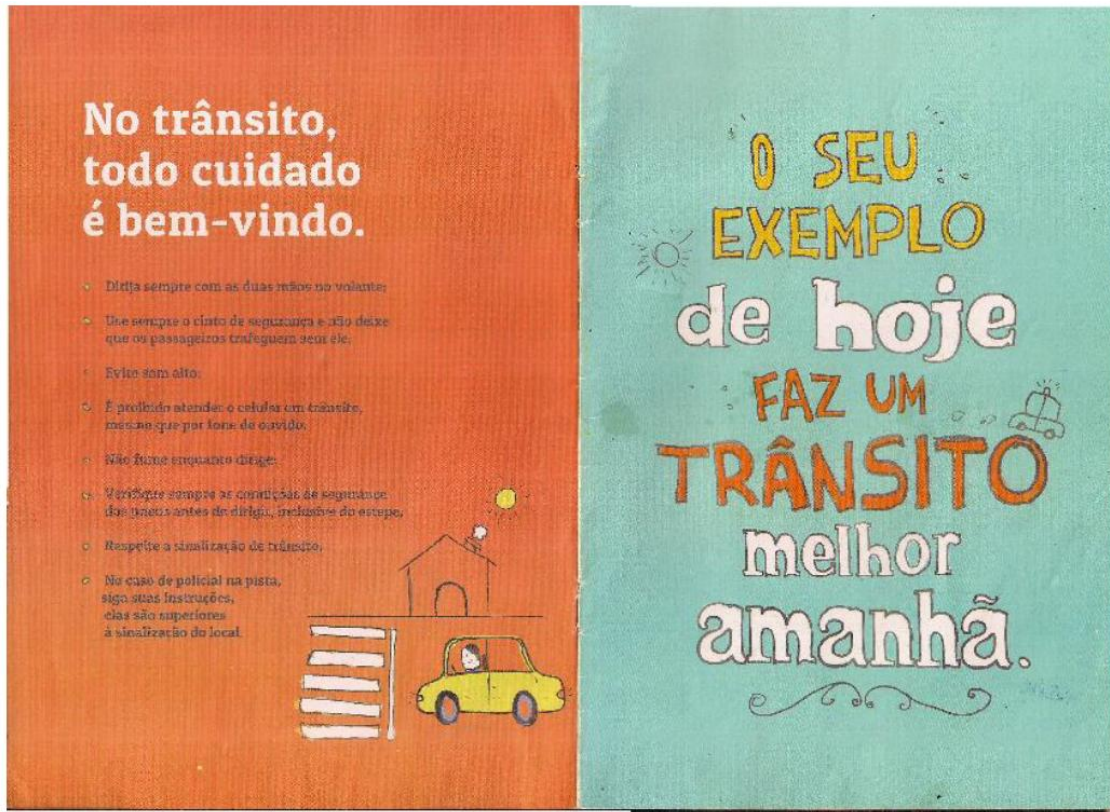
Nome: Maria Lúcia da Silva

COMPLETE AS FRASES COM UM SUBSTANTIVO PRÓPRIO.



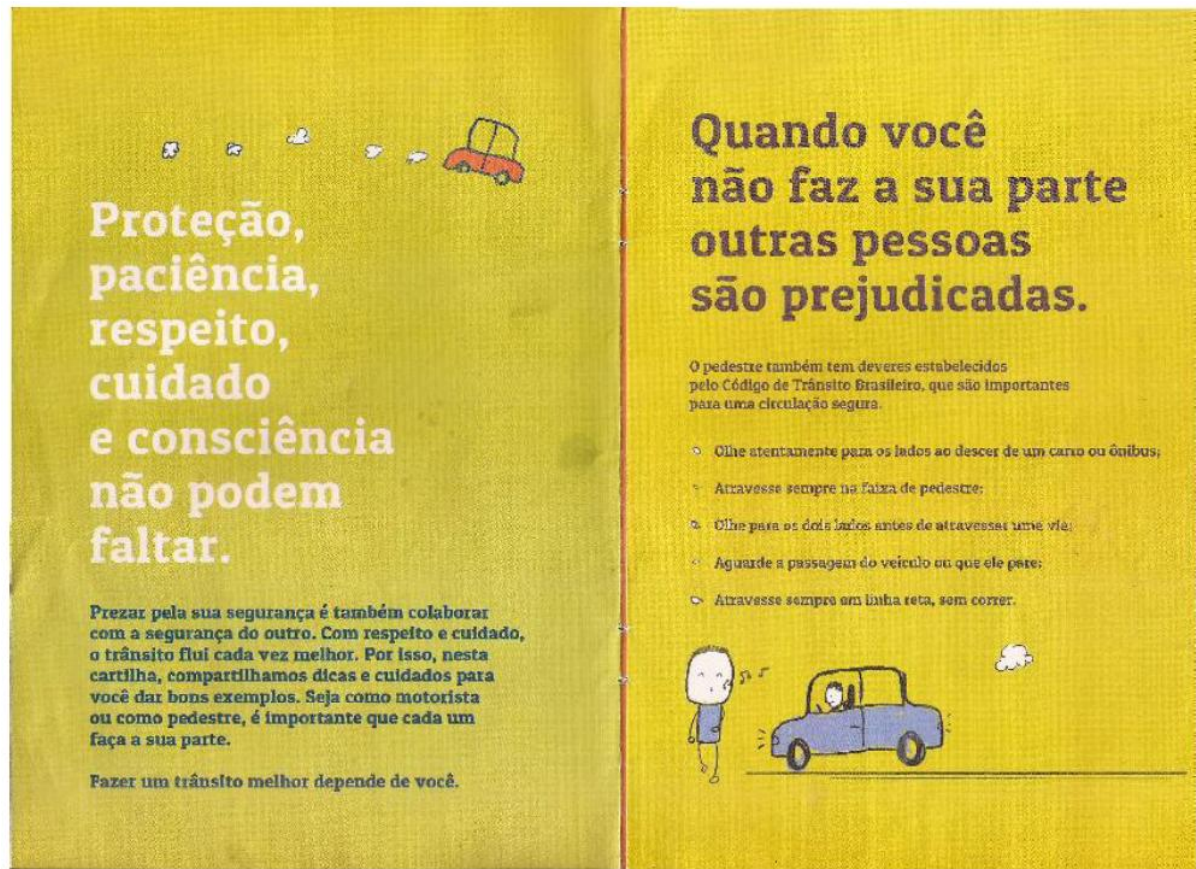
- A) São Vicente É UMA CIDADE BONITA.
- B) Eduarda É UMA MENINA ALEGRE.
- C) VOCÊ CONHECE Gabriel? ELE É UM GAROTO SIMPÁTICO.
- D) Marcia QUER SER PROFESSORA.
- E) Maria E Gabriel ESTUDAM NESTA ESCOLA.
- F) MORO NO Brasil, UM PAÍS BONITO.
- G) Vera É O NOME DA MINHA MÃE.
- H) ONDE ESTÁ Você? PRECISO FALAR COM ELE.
- I) ESSE É O Rabito, MEU CACHORRINHO.

Foto 01 – Folder Educação para o Trânsito.

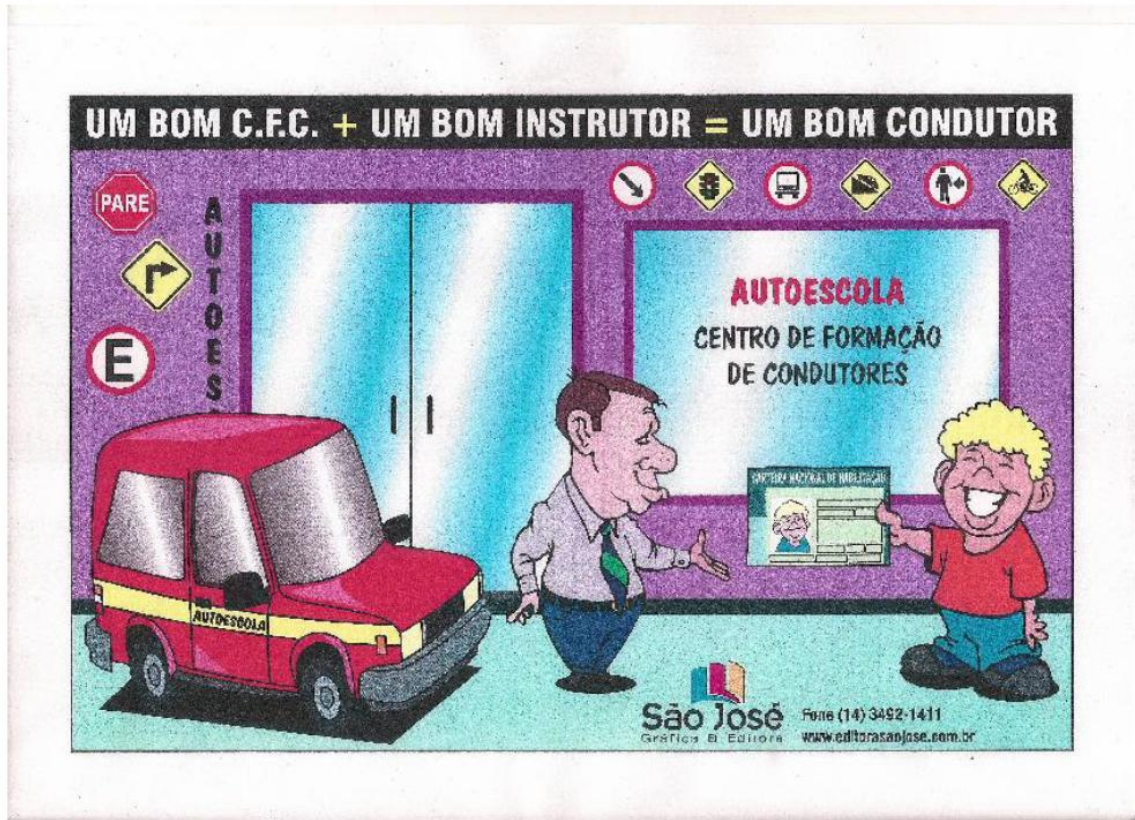


Fonte: Grafica São José.

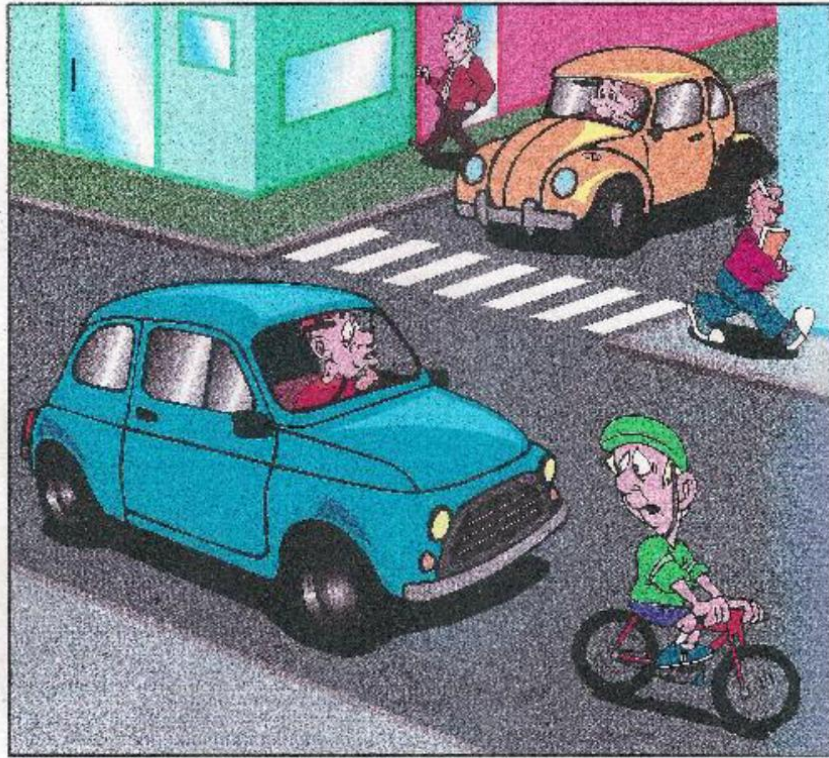
Foto 02 – Folder Educação para o Trânsito.



Fonte: Grafica São José.



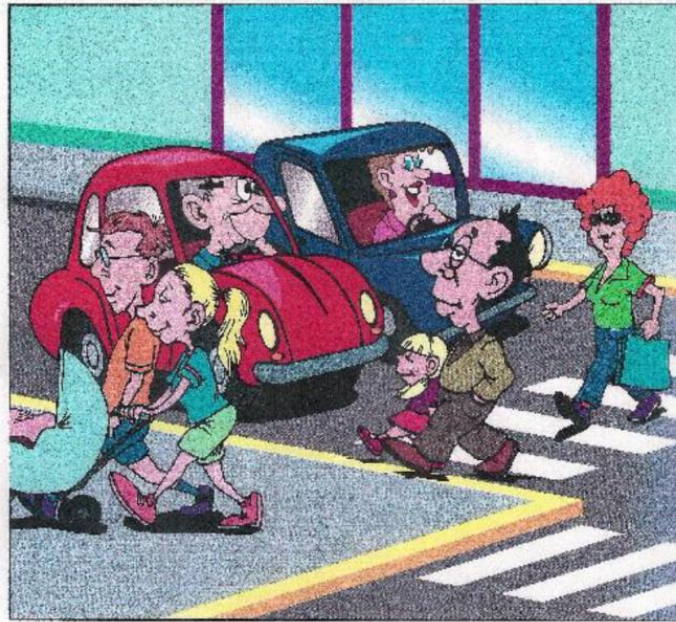
Fonte: Grafica São José.



**MOTORISTA,
SEJA AMIGO
DO CICLISTA.**


São José
Gráfica & Editora

Fone (14) 3492-1411
www.editorasonjose.com.br



**FAIXA DE
PEDESTRES,
EU RESPEITO.**


São José
Gráfica & Editora

Fone (14) 3492-1411
www.edigraficasaojose.com.br

Fonte: Grafica São José.



**SE BEBER,
NÃO DIRIJA.**


São José
Gráfica & Editora

Fone (14) 3492-1411
www.editorasaojose.com.br

Fonte: Grafica São José.